



# Minas avança exportações

Governador Fernando Pimentel assina plano para mudar cultura exportadora do Estado

pág. 3

Congresso Brasileiro aprova reoneração da folha

pág. 2

Empresa mineira ATI aposta em tecnologia para ganhar novos mercados

pág. 4



## O que esperar?

Nesta edição do nosso informativo, trazemos duas notícias que merecem nossa profunda reflexão. O primeiro ponto é extremamente positivo: o governador de Minas Gerais, Fernando Pimentel, com apoio da Fiemg e em parceria com o Governo Federal implantou um programa que promete alavancar a cultura exportadora do Estado. Ganham os empresários, que terão mais oportunidades de negócio e Minas que receberá mais tributos e gerará mais empregos. Além de ser mais uma forma de combater a crise instalada no Brasil. Na outra ponta, porém, a reoneração da folha de pagamento nos mantém alertas. Como seguir competitivo em um cenário em que o Governo Federal penaliza os investidores? Mais do que nunca, precisamos unir esforços para criar as condições que vão permitir o crescimento do setor eletroeletrônico. A ABINEE conta com todos nós nesta caminhada.

Vamos falar também da ATI, uma afiliada ABINEE, que mostra que a busca de mercados fora das montanhas de Minas é importante para o crescimento de qualquer empresa.

Alexandre Freitas

## expediente

Presidente do Conselho de Administração da ABINEE: Irineu Govêa  
 Presidente Executivo: Humberto Barbato  
 Dir. Regional-MG: Alexandre Freitas  
 Vice-diretor-MG: Eduardo Paoliello  
 Coordenadora-MG: Júnia França

Edição e diagramação: L5 Comunicação  
 Jornalista Resp.: Fred Wanderley -  
 13031/MG

ABINEE-MG  
 Rua Bernardo Guimarães, 63 - 4º andar  
 Funcionários - BH - MG  
 CEP: 30140-080  
 +55(31) 3225-1100  
 abinee@fiemg.com.br

## Para ABINEE, reoneração da folha retardará retomada da indústria

No dia 19 de agosto, o Plenário do Senado aprovou o PLC 57/2015, que eleva as alíquotas de contribuição previdenciária sobre o faturamento. Foram 45 votos a favor e 27 contra. Para o presidente da ABINEE, Humberto Barbato, a medida trará impactos negativos na atividade da indústria elétrica e eletrônica, que tinha cerca de 600 ítems contemplados pela desoneração, o que representa 50% do universo total de produtos do setor. "Hoje, já enfrentamos um quadro muito delicado de queda na produção e a reoneração da folha diminuirá, ainda mais, o fôlego das empresas, prejudicando a retomada da indústria no médio prazo", ressalta.

Ele acrescenta que a alteração será sentida no nível de emprego do setor. "O setor já demitiu 15 mil trabalhadores até julho deste ano e esse número infelizmente deverá aumentar", diz.

Parte principal do ajuste fiscal proposto pelo governo, a alteração foi, desde o início de 2015, alvo de intensas discussões

das quais a ABINEE procurou em diversas oportunidades mostrar ao governo os efeitos nocivos que o fim da desoneração traria para as empresas.

Na mesma semana da aprovação, Humberto Barbato, ao lado do presidente do Conselho de Administração da ABINEE, Irineu Govêa, integrou a comitiva de representantes da indústria, comércio e serviços de 56 setores que outrora haviam sido desonerados na folha de pagamento, sob liderança do Presidente da Fiesp, Paulo Skaf, e do Vice Presidente da CNI, Paulo Afonso Ferreira, que manteve encontros com o vice-presidente da República, Michel Temer, com o presidente do Senado, Renan Calheiros, com o presidente da Câmara, Eduardo Cunha, e, por fim, com o Ministro Joaquim Levy, oferecendo uma proposta alternativa que, no lugar de poupar apenas alguns setores, trataria todos de forma semelhante, mas com aumentos menores das alíquotas.

"Oferecemos ao governo um aumento de 50% da contribuição patronal ao INSS, o que não é pouco num momento de crise como este. Chegamos ao mesmo número que a Fazenda objetivava arrecadar. Trabalhamos simultaneamente à sessão do Senado que estava votando o projeto; estivemos no Gabinete do Ministro Joaquim Levy até às 21 horas, mas mesmo assim ele não cedeu à nossa argumentação", conta Barbato.

Com a aprovação do projeto, Barbato evidencia que a pretensão do governo é voltar a arrecadar a contribuição patronal ao INSS com base na folha de pagamento, o que, para ele, parece algo ultrapassado, pois a folha tende a diminuir ao longo do tempo face à tendência de automação de processos e procura de eficiência, à medida que qualquer empresa busca sempre o crescimento de seu faturamento.

"Portanto, se queremos aumentar a arrecadação da previdência social com olhos no futuro, considerando as necessidades crescentes e o próprio envelhecimento da população, a base arrecadatória deve ser crescente, e não uma que tenda à estagnação. Tentamos, mas o ministro não concordou com nossos argumentos e insistiu que a fórmula proposta pelo governo era a melhor", enfatiza Barbato.

No projeto aprovado, que segue para sanção da presidente da República (entra em vigor 90 dias após), os setores que tinham uma desoneração na alíquota de 1% sobre o faturamento tiveram essa taxa elevada para 2,5%, enquanto os que pagavam alíquota de 2% terão de contribuir com 4,5%. Alguns setores de alimentos foram isentados do aumento e os setores de transportes, comunicação (empresas jornalísticas e de radiodifusão), call center, calçados e confecções foram beneficiados com uma elevação menor da alíquota.

"Uma vez mais estão diferenciando setores sem saber muito bem o porquê. E o governo, na sua volúpia por aumentar a arrecadação, propõe um aumento de 150% na contribuição patronal ao INSS, e nossas casas legislativas, tão bem sintonizadas com o atual momento econômico, aprovaram a proposta", ironizou.

**"Uma vez mais estão diferenciando setores sem saber muito bem o porquê"**  
**Barbato**

## Plano de exportações vem para mudar a cultura do empresariado mineiro



**O governador Fernando Pimentel (de pé) fala para empresários e autoridades, entre elas o ministro Armando Monteiro Neto e o presidente da Fiemg, Olavo Machado Júnior, no lançamento do PNCE, em Belo Horizonte.**

Mesmo sem uma cultura exportadora presente no DNA das empresas aqui instaladas, Minas Gerais é o estado vice-campeão brasileiro em exportações, graças às commodities. Os 13,3% do total das exportações nacionais o deixam atrás apenas de São Paulo. Para aumentar ainda mais sua participação, Minas ganhou um incentivo importante: a inclusão do estado no Plano Nacional da Cultura Exportadora (PNCE), com o lançamento do Comitê Gestor do PNCE, braço mineiro do Plano Nacional de Exportações (PNE), do Governo Federal.

Minas foi o primeiro estado a integrar o PNCE e não podia haver local mais propício para o acordo. No dia 5 de agosto, o presidente da Fiemg Olavo Machado Júnior. Recebeu na sede da entidade, em Belo Horizonte, o governador Fernando Pimentel e o ministro do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior (MDIC), Armando Monteiro.

O plano pretende diversificar as exportações do país. Para isso prevê ações ligadas à cultura exportadora nos estados, levando cursos, consultorias e oficinas para a capacitação de gestores públicos e empresários de pequeno e médio porte. Prevê ainda a participação em feiras e eventos internacionais e rodadas de negócios.

As ações do plano são desenvolvidas em cinco eixos temáticos: cultura exportadora, inteligência comercial e competitiva, ambiente de negócios, diversificação e qualificação da pauta exportadora e promoção comercial. Uma das empresas que já está participando do Plano é a NANSEN S/A Instrumentos de Precisão, filiada à ABINEE, que tem sua sede em Contagem. “Buscamos consolidar nossa presença nos mercados externos. Estamos focados na exportação independente da situação econômica do país e o programa vai nos ajudar a alcançar nossos objetivos”, afirma Marcelo Assef, diretor comercial da NANSEN.

Qualquer empresa interessada em participar do Plano deve preencher uma ficha cadastral para que seja realizado

um diagnóstico segundo as normas do projeto. O processo é dividido em cinco fases e as empresas entram de acordo com seu estágio de maturidade, que pode ser a fase mais embrionária de sensibilização até etapas mais avançadas como a de comercialização. Segundo o Secretário de Estado de Desenvolvimento Econômico de Minas Gerais, Altamir Rôso, que falou com exclusividade ao Jornal da ABINEE-MG, a ideia é tornar a indústria mais competitiva no mercado externo. “As empresas receberão assistência do Exportaminas e dos nossos parceiros no projeto. A ideia é preparar a indústria mineira para o comércio mundial”, afirma Rôso. “Estamos preparados para remodelar nossos distritos industriais e agregar valor em diversas cadeias produtivas, sempre focando a conquista de novos mercados”, disse o presidente da Fiemg, Olavo Machado Júnior. “A força da indústria mineira pode ajudar a alavancar a economia do país”, concluiu.

E pode mesmo. Em 2014, as exportações mineiras atingiram US\$ 29,32 bilhões. Com as ações previstas esse número tende a crescer bastante.

O PNCE tem mais de 20 parceiros como a CNI, a Fiemg, o SEBRAE e o próprio governo de Minas, que coordenará o plano por meio do Exportaminas – Unidade de Comércio Exterior da Secretaria de Estado de Desenvolvimento Econômico (SEDE). “Nosso trabalho é capacitar o empresariado para a busca de novos mercados no exterior mudando a forma de agir; entendendo as leis nacionais, mundiais e de cada país individualmente”, explica Paulo Marcus Silva Campos, analista e um dos coordenadores do Exportaminas.

“É esse conselho que faz com que tudo funcione. Todos trabalhando juntos para o desenvolvimento das exportações de Minas”, afirma Campos.

O PNCE vai trabalhar inicialmente com duas mil empresas de diversos setores e portes, com potencial exportador. Os interessados podem procurar o Exportaminas pelo site [www.exportaminas.mg.gov.br](http://www.exportaminas.mg.gov.br) ou pelo telefone (31) 3915-3000.

## Tecnologia exportada para muito além das montanhas de Minas Gerais



A ATI nasceu em Belo Horizonte em 1986 para atuar no setor de desenvolvimento de soluções para automação, segurança e telecomunicações aplicadas aos setores de Energia, Telecomunicações e Indústrias. Embora cercada de montanhas, a ATI soube expandir seus negócios e hoje está presente em todo o território brasileiro graças à qualidade de seus produtos e criatividade para solucionar as demandas dos clientes.

Especializada no desenvolvimento de produtos de alta tecnologia, a ATI busca sempre se enquadrar nas normas e padrões técnicos mais rígidos vigentes no Brasil e no mundo. Isso ocorre por conta da constante comunicação entre a empresa e os principais centros de capacitação tecnológica mundiais, que permitem uma constante atualização dos processos de criação e produção da empresa.

A empresa tem como maior preocupação atender bem seus clientes. "O cliente ATI tem muito mais que soluções. Cada um leva consigo a certeza de um trabalho feito com alta qualificação e tecnologia de ponta", afirma Márcio Augusto Vieira de Almeida, gerente de novos negócios da ATI. A empresa possui importantes parcerias



**Desenvolvimento e pesquisa são marcas da ATI para atender seus clientes**

com empresas do setor elétrico em todo o país, com fornecimentos expressivos de equipamentos para Supervisão e Controle da Rede de Distribuição, Telemedicação de Energia Elétrica e Telessupervisão.

### produtos

- Sistemas para telessupervisão de infraestrutura;
- Sistema para telemedicação de energia;
- Sistema de monitoração e controle de acesso;
- Equipamentos para controle e supervisão da rede elétrica de distribuição;
- Sistema para gestão e segurança de rede.

### fique por dentro

## ABINEE defende prazo do PADIS, mas escopo preocupa

No último dia 18 de agosto foi aprovado parecer da senadora Gleisi Hoffmann sobre a Medida Provisória 675/2015 que traz emenda definindo o prazo para apresentação de projetos no Programa PADIS para 31 de julho de 2020. Para o presidente da ABINEE, Humberto Barbato, a medida é importante ao restabelecer o prazo vetado pelo executivo na Lei nº 13.159/2015. Segundo Barbato, mesmo assim a ABINEE se mantém preocupada com os demais dispositivos vetados e que não foram mencionados. Entre estes pontos está a inclusão de novos componentes e novas modalidades de negócios (como a operação "fables", que compreende todas as etapas do desenvolvimento do produto menos a fabricação). Barbato destaca que a prorrogação do prazo poderá contribuir para o desenvolvimento de novos produtos e novas tecnologias no Brasil.

## Plano de energia elétrica trará oportunidades para setor eletroeletrônico

O presidente da ABINEE, Humberto Barbato, afirma que o Plano de Investimento em Energia Elétrica (PIEE), anunciado pelo ministro de Minas e Energia, Eduardo Braga, vem em um bom momento e deve trazer oportunidades para as indústrias do setor eletroeletrônico. "Esta sinalização do governo é positiva e os investimentos podem representar verdadeiras alavancas para que o país possa superar o atual momento de dificuldades", diz. O PIEE prevê investimentos de R\$ 116 bilhões em geração e R\$ 70 bilhões em transmissão de energia elétrica que serão aplicados em novos projetos que devem ser contratados entre setembro de 2015 e o fim de 2018. Além destes R\$186 bilhões, somam-se outros R\$ 114 bilhões que já estão sendo aplicados. Do montante em andamento, R\$ 92 bilhões são destinados à geração e R\$ 22 bilhões à transmissão.